

## **RELATÓRIO DE EXECUÇÃO**

**PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE CORRUPÇÃO  
E  
INFRAÇÕES CONEXAS  
2016**



## ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DIAGNÓSTICO DE EXECUÇÃO .....	5
3. CONCLUSÕES.....	6
ANEXO I: Mapas de execução das medidas previstas no Plano da Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas 2016	

---

## **1. INTRODUÇÃO**

No reconhecimento da necessidade de uma estratégia global de prevenção da corrupção e de luta contra a criminalidade foi criado pela Lei n.º 54/2008, de 4 de setembro, o Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) que tem por missão desenvolver uma atividade de âmbito nacional no domínio da prevenção da corrupção e infrações conexas.

O Conselho enquanto entidade administrativa independente, que funciona junto do Tribunal de Contas, no regular desempenho do seu exercício, aprovou a Recomendação n.º 1/2009, publicada no Diário da República, II Série, n.º 140, de 22 de julho, através da qual todas as entidades gestoras de dinheiros, valores ou patrimónios públicos, independentemente da sua natureza, foram incumbidas de apresentar o seu plano de gestão de riscos de corrupção e infrações conexas.

Em cumprimento do disposto no n.º 1.1, da já referida Recomendação, o Instituto Politécnico de Lisboa (IPL) elaborou no ano de 2009 o seu Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRCIC), o qual foi remetido ao Gabinete da Tutela e ao Tribunal de Contas.

Sendo o PPRCIC um instrumento de gestão dinâmico procedeu-se, em 2016, à sua revisão, identificando-se relativamente, às funções, ações e procedimentos realizados potenciais riscos de corrupção e infrações conexas, e as respetivas medidas a adotar que previnam a sua ocorrência, dando assim cumprimento ao expresso na Recomendação n.º 3/2015, de 1 de julho, do CPC.

No processo de revisão foi solicitado, a todas unidades orgânicas e organizacionais do Instituto (incluindo os gabinetes e os cargos de direção), a validação da matriz patente no projeto de PPRCIC, elaborado inicialmente pelo Gabinete de Auditoria e Controlo Interno (GACI), bem como a classificação do risco tendo por base a tipologia indicada no Plano e as medidas de controlo implementadas

No que respeita às auditorias internas realizadas em 2016, os riscos identificados foram integrados no novo PPRCIC, os quais serão monitorizados durante o ano de 2017 e seguintes.

O novo Plano deste Instituto e das suas Unidades Orgânicas e Organizacionais foi aprovado pelo Senhor Presidente do IPL, Professor Doutor Elmano da Fonseca Margato, a 10 de janeiro de 2017.

Apesar do ano de 2016 ter sido um ano de reflexão que culminou na transição de Plano, o processo de monitorização refletido no presente Relatório teve em consideração o Plano de 2009 e tem como objetivo analisar e avaliar a eficácia das medidas preventivas por implementação das mesmas.

---

## 2. DIAGNÓSTICO DE EXECUÇÃO

Num contexto de mudança organizacional, o Instituto Politécnico de Lisboa, a par das necessárias alterações internas que lhe permitam desempenhar eficientemente as novas funções, tem vindo a reforçar a gestão de risco e o controlo interno com vista a uma maior economia, eficácia e eficiência, dando continuidade à estratégia implementada nos últimos anos.

Tal como referido, é com base nestes elementos que foi desenvolvido um novo Plano de Prevenção de Riscos da Corrupção, que integra tanto as novas, como as tradicionais áreas de atuação do Instituto.

Aquando da elaboração do Plano de 2009, que ora é monitorizado, foram tidas em conta a missão e as atribuições do IPL e identificados e caracterizados, por área de atividade, os riscos passíveis de corrupção e infrações conexas, sendo discriminadas e destacadas, pelas suas especiais características, a contratação pública, a receita, o património, a área dos recursos humanos, a área académica, a atribuição de benefícios e a propriedade intelectual.

Os riscos inerentes às atividades foram inicialmente classificados segundo uma escala decrescente de graduação, com o enquadramento de risco elevado, risco moderado e risco fraco.

O presente diagnóstico visa avaliar o nível de execução das medidas propostas no Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção de 2009, tendo por base a definição de quatro níveis de implementação:

- “Implementado” – significa que o procedimento foi executado;
- “Em curso” – significa que o procedimento foi executado apenas parcialmente ou não terá sido aplicado na totalidade dos casos;
- “Por implementar” – significa que o procedimento não foi executado;
- “Sem efeito” - significa que o procedimento não foi executado porque se verificou que o mesmo estaria desadequado, ou não era exigido, ou ainda, usualmente obedece a um prévio planeamento.

Os quadros com a execução das medidas previstas no PPRCIC de 2009 constam como Anexo I ao presente relatório e foram preenchidos considerando os níveis de execução e acompanhamento previamente definidos, a saber:

- Todos trabalhadores devem adotar comportamentos dignos, honestos, íntegros e transparentes, sempre com o pressuposto de uma cultura

organizacional de apoio e entreaajuda, permitindo assim a melhor execução do PPRCIC;

- Aos dirigentes e responsáveis sectoriais compete um papel fundamental na prevenção e na deteção da corrupção, através de uma monitorização idónea e ativa dos trabalhadores a seu cargo;
- Ao GACI cabe coadjuvar aqueles na avaliação, acompanhamento e revisão geral dos riscos e infrações conexas, como forma de prevenir e combater os mesmos;
- Ao Conselho de Gestão que supervisiona todas as fases do PPRCIC.

Verificou-se que, de entre as medidas preconizadas, foram implementadas 152, o que representa uma taxa de execução de 91%, excluindo as medidas que ficaram sem efeito, cifrando-se a taxa de execução por área de risco, entre o valor mínimo de 54% e a implementação de 100% das medidas propostas.

O Programa de Auditorias Internas para 2017, aprovado a 19 de dezembro de 2016 pelo Presidente do Instituto, prevê a realização de auditorias às áreas identificadas no presente relatório como sensíveis.

### **3. CONCLUSÕES**

Conforme resulta do processo de revisão do PPRCIC efetuado dos quadros de controlo apresentados em Anexo I, poder-se-á afirmar que o IPL tem promovido ativamente e implementadas as medidas de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas inicialmente propostos.

Da análise efetuada resultam as seguintes conclusões:

- 1) Os responsáveis das Unidades Orgânicas, Organizacionais e Serviços procuraram implementar as medidas de prevenção, patentes no PPRCIC 2009, e remeteram as autoavaliações ao GACI evidenciando um nível de resposta consentâneo com a importância do PPRCIC e, desta forma, demonstraram a preocupação com a prevenção de situações de risco;
- 2) A especial preocupação da Instituição e das suas Unidades Orgânicas e Organizacionais na criação e atualização dos mecanismos de conhecimento, compreensão e mitigação dos riscos associados à atividade conduziu à revisão e aprovação de um novo Plano;
- 3) O PPRCIC confirma-se como um instrumento da maior relevância para a gestão, como suporte do processo de tomada de decisão, do planeamento e da execução das atividades;
- 4) Por último é de sublinhar que o IPL embora detenha mecanismos de controlo interno já implementados, preconiza a continuação do reforço da verificação e da melhoria dos procedimentos em geral.

## **ANEXO I**






























## Identificação de riscos de corrupção e infrações conexas

### Medidas preventivas dos riscos

#### A. Contratação Pública

Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Verificação de material aquando da sua receção	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Risco de corrupção e infração (desvio ou não fiscalização de mercadorias no que respeita à quantidade e qualidade);</li> <li>- Risco de o funcionário reter algum material para uso próprio e até fornecedores entregarem quantidades de material inferiores às contratadas e isso não ser devidamente verificado.</li> </ul>	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Controlo trimestral de materiais adquiridos e em stock</li> <li>- Recurso a gabinetes especializados do IPLisboa ou a entidades externas para averiguação e acompanhamento de determinados trabalhos adjudicados que requerem conhecimentos técnicos</li> <li>- Rotação de pessoal, no sentido em que a pessoa que encomenda o material não seja a mesma que o verifica aquando a sua receção</li> <li>- Cumprimento dos mecanismos de requisição de material, já definidos</li> </ul>	      	Em 2016, no final do ano, procedeu-se à verificação das existências.
Aquisição de bens, serviços e empreitadas por ajuste direto: fornecedores	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Aquisições realizadas diversas vezes ao mesmo fornecedor: risco de favorecimento de certos fornecedores;</li> <li>- Violação dos princípios gerais de contratação;</li> <li>- Corrupção passiva para ato lícito / Tráfico de influência / Participação económica em negócio;</li> <li>- Abuso de poder.</li> </ul>	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manual de Procedimentos</li> </ul>		Regulamento da Norma de Controlo Interno do IPL, Procedimento 05 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Meios - em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
			<ul style="list-style-type: none"> <li>- Obrigação de pedido de orçamento/convite a um mínimo de três fornecedores, que apenas pode ser afastado em casos devidamente justificados</li> <li>- Incentivo à rotatividade de fornecedores</li> <li>- Rotatividade de trabalhadores</li> <li>- Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas</li> <li>- Auditorias aleatórias ao processo de despesa, de acordo com o Plano de Intervenções do Gabinete de Qualidade</li> </ul>	   	
					Auditoria externa realizada pela APCER em março de 2016 e auditoria interna realizada a 9 de janeiro de 2017.

Procedimentos a seguir nos processos de aquisição de bens e serviços	- Possibilidade de tentativa de supressão dos procedimentos necessários/fases da realização da despesa, designadamente as prévias cabimentação e autorização da despesa por quem detém competência; - Corrupção passiva para ato ilícito/Tráfico de Influência/Participação económica em negócio; - Violação das regras gerais de autorização de despesa; - Violação dos princípios gerais de contratação.	Elevado	- Maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre as fases obrigatórias nos procedimentos de contratação  - Maior exigência na planificação das atividades  - Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas - Aplicação de uma ficha de avaliação do desempenho do fornecedor/de avaliação da satisfação da qualidade do fornecimento, a aplicar aos fornecedores críticos pelo Gabinete de Qualidade	   	Regulamento da Norma de Controlo Interno do IPL.
Diversos procedimentos de aquisição do mesmo bem/serviço ao longo do ano	- Fracionamento da despesa; - Corrupção passiva para ato ilícito ou ilícito/Tráfico de Influência/Participação económica em negócio.	Elevado	- Exigência de maior planificação das atividades e com maior antecedência - Melhoria do processo de gestão de stocks  - Maior informação e sensibilização dos trabalhadores sobre a necessidade de planificação anual - Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas - Centralização do processo de aquisição dos consumíveis mais utilizados e abertura de procedimentos concursais pelos Serviços da Presidência, após prospeção das necessidades das Unidades Orgânicas	    	
Fornecimento de bens, serviços e empreitadas por familiares ou pessoas com relações de forte amizade ou inimizade	- Informação privilegiada; - Violação de segredo por funcionário; - Intervenção em processo em situação de impedido. - Inexistência de mecanismos que possam identificar situações de conluio entre os adjudicatários e os funcionários.	Moderado	- Ampla divulgação do regime de impedimentos  - Declaração de impedimento	 	Inexistência de situações de impedimento em 2016.
Passagem de informação privilegiada aquando de pré-consultas para determinação do preço base	- Corrupção passiva ilícita	Moderado	- Sempre/se possível determinar preço base sem consultar o mercado e cruzar posteriormente com a consulta ao mercado - Fazer consultas ao mercado via recolha de preços disponibilizados na Internet	 	
Intervenção em processos de contratação e processos de júri de concursos de familiares ou pessoas com relações de forte amizade ou inimizade	- Intervenção em processo em situação de impedimento; Corrupção passiva para ato ilícito.	Moderado	- Ampla divulgação do regime de impedimentos  - Assinatura de declaração tipo, com compromisso de suscitar impedimento, escusa e suspeição caso se verifique	 	Inexistência de situações de impedimento em 2016.
Inexistência de mecanismos que possam identificar situações de conluio entre os adjudicatários e os funcionários	- Favorecimento de fornecedores de forma obter benefícios.	Moderado	- Assinatura de declaração tipo, com compromisso de suscitar impedimento, escusa e suspeição caso se verifique		Em 2016 não se verificaram situações de impedimento.

Contratação de formação externa sem solicitar CAP, propositadamente, devido, por exemplo a laços familiares ou de amizade	- Contratação de formadores sem formação adequada e sem competência comprovada para exercer essa função; - Favorecer amigos ou familiares sem CAP.	Fraco	- Obrigatoriedade de verificação de todos os documentos de habilitação por 2 pessoas - Segregação de funções entre a pessoa que recebe as propostas de contratação e a que verifica os documentos	<input checked="" type="checkbox"/>	
Não apresentação de documentos de habilitação, apresentação de documentos fora de prazo ou apresentação de documentos falsos	- Considerar como válida a adjudicação a um fornecedor que não está habilitado para tal.	Elevado	- Verificação aleatória de procedimentos pelo Gabinete de Qualidade	<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria externa realizada pela APCER em março de 2016 e auditoria interna realizada a 9 de janeiro de 2017.
Existência de trabalhos a mais no âmbito das Empreitadas	- Risco de avançar com a execução dos trabalhos sem prévia autorização do órgão competente para tal e realizar novo procedimento para efetuar o pagamento destes trabalhos.	Moderado	- Verificação periódica e aleatória de processos de empreitadas por parte do Gabinete de Qualidade  - Criação de um Manual de procedimentos no âmbito das empreitadas	<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria externa realizada pela APCER em março de 2016 e auditoria interna realizada a 9 de janeiro de 2017.  Procedimento 05 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Meios - em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
Renovação de contratos	- Inexistência de alerta atempado para o termo dos contratos, gerando a sua renovação automática, sem possibilidade de avaliação da necessidade de efetiva renovação; - A falta de alerta pode ser deliberada, no sentido de favorecer o fornecedor.	Elevado	- Construção de uma base de dados dos contratos em vigor e verificação periódica da mesma - Verificação mensal da base de dados de contratos, elaborando uma listagem mensal dos contratos que poderão ser renovados, e que devem ser avaliados com uma antecedência mínima de 60 dias em relação à data em que devam ser denunciados, para não se renovarem automaticamente	<input checked="" type="checkbox"/>	

Legenda:

<input checked="" type="checkbox"/>	Implementado
<input checked="" type="checkbox"/>	Por implementar
	Em curso
<b>Sem efeito</b>	Sem efeito

Grau de Implementação:

<input checked="" type="checkbox"/>	24	73%
	9	27%
<b>Total Geral:</b>	<b>33</b>	<b>100%</b>







**Identificação de riscos de corrupção e infrações conexas**  
Medidas preventivas dos riscos




**B. Receita**

Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Não emissão ou anulação de recibos	- Não emissão ou anulação indevida de recibos, de modo a eliminar a receita ou recebimento de dinheiro, ficando o funcionário com o montante recebido.	Elevado	- Sempre que um funcionário anule um recibo deverá emitir listagem de recibos anulados, anexar original e duplicado do recibo, justificar o motivo da anulação e entregar ao responsável do serviço ou funcionário designado, para conhecimento  - Justificar por escrito e pedir autorização para efetuar a respetiva anulação ao responsável do Serviço ou quem o substitua - Generalização do sistema informático de faturação	<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria Interna 01/2016 - no âmbito da receita académica, com o objetivo de verificar a conformidade e eventual não conformidade de registo dos fundos, dos valores e dos documentos à guarda do tesoureiro ou seu substituto.  Auditoria Interna 01/2016.  Integração automática da receita académica desde 2015.
Conferência de valores	- Entrega de valores não coincidentes com somatório de recibos.	Elevado	- Conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelo responsável dos serviços ou funcionário designado para tal, que não tenha efetuado recebimentos	<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria Interna 01/2016.
Autorização de pagamento sem juros de propinas em atraso	- Perdão não autorizado de juros a um estudante com propinas em atraso; - Abuso de Poder/Corrupção passiva para ato ilícito.	Elevado	- Verificação periódica da existência de despacho autorizador em casos de pagamento da propina em atraso, sem juros	<input checked="" type="checkbox"/>	Auditoria Interna 01/2016.
Cobrança de juros por propinas em atraso	- Abuso de Poder/Corrupção passiva para ato ilícito; - Possibilidade de cobrar juros em valor inferior ao devido.	Elevado	- Verificação sobre correta aplicação de fórmula de juros	<input checked="" type="checkbox"/>	O cálculo dos juros a cobrar é efetuado informaticamente no programa académico, módulo de controlo e gestão de tesouraria_OXA.
Emissão de documentos com urgência	- Receber dinheiro para emitir documentos, com urgência, sem cobrar a taxa devida para o efeito.	Elevado	- Publicitação da fórmula de cálculo  - Todos os documentos que vão para despacho, verificar aleatoriamente a data de entrada e o pagamento efetuado	<input checked="" type="checkbox"/>	
Falha de sistema informático	- Recebimento de valores sem emissão de recibos.	Moderado	- Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas	<input checked="" type="checkbox"/>	



Prestação de serviços ao exterior	- Não faturação.	Moderado	- Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas		Auditoria Interna 04/2016 - no âmbito da "Receita", nomeadamente na área dos "Protocolos/Acordos/Convénios" e na da "Cedência/Arrendamento de Espaços a Entidades Externas".
Vendas de merchandising e livros	- Não faturar os produtos vendidos.	Moderado	- Implementação de sistema de gestão de stocks	<b>Sem efeito</b>	Inexistência desta situação em 2016
Envio de valores via CTT, superiores à despesa	- Ficar o troco no cofre até ser entregue ao destinatário.	Moderado	- Só serem aceites os valores exatos, ou o pagamento só ser possível via Multibanco		Auditoria Interna 01/2016.
Abertura/fecho, diariamente, do Terminal TPA ficando com o registo diariamente do "Período" e TR (transação) do dia	- Não haver risco de extravio de qualquer "fecho".	Moderado	- Fazer um controlo, todos os dias, para ser efetuado/registado o n.º de "per" que terá que ser obrigatoriamente sequencial quanto ao número		Auditoria Interna 01/2016.
Emissão de recibos	- Não recebimento de valor correspondente ao recibo emitido.	Moderado	- Conferência diária dos valores recebidos, com folhas de caixa discriminativas, pelo responsável dos serviços ou funcionário designado para tal		Auditoria Interna 01/2016.

Legenda:














	Implementado
	Por implementar
	Em curso
<b>Sem efeito</b>	Sem efeito

Grau de Implementação:

	12	92%
	1	8%
<b>Total Geral:</b>	<b>13</b>	<b>100%</b>

# Identificação de riscos de corrupção e infrações conexas Medidas preventivas dos riscos

## C. Património

Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Abates	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Bem abatido continuar nos serviços;</li> <li>- Abates sem autorização;</li> <li>- Abates sem a autorização do órgão competente;</li> <li>- Apropriação de bens abatidos documentalmente no período até à sua eliminação física;</li> <li>- Proposta de bens para abate indevidamente.</li> </ul>	Moderado	- Conferências físicas periódicas para verificar se os bens que foram alvo de abate, ainda se encontram no local		<p>O Programa inicial de 2016 previa uma Auditoria Interna à área do Imobilizado - Abates que não foi realizada, considerando a profusão de áreas de atuação e os recursos humanos afetos ao GACI com grande inconstância ao longo do tempo.</p>
			- Verificação sobre se a autorização de abate foi proferida pelo Órgão com competências para o efeito		
			- Isolamento dos bens a abater, em local de acesso restrito e controlado		
			- Justificação do abate efetuada por técnico interno ou verificação externa.		
Equipamento não etiquetado por não estar inventariado ou a etiqueta ter sido removida	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Apropriação de bens públicos;</li> <li>- Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados;</li> <li>- Violação do princípio da prossecução do interesse público, art.º 4.º do CPA;</li> <li>- Peculato e abuso de confiança.</li> </ul>	Elevado	- Manter o inventário atualizado incluindo os novos bens		
			- Reconciliação dos registos contabilísticos com os registos do inventário		
			- Conferências físicas periódicas para verificar se os bens estão inventariados		
Apropriação de bens públicos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Violação do princípio da prossecução do interesse público, art.º 4.º do CPA;</li> <li>- Peculato e abuso de confiança.</li> </ul>	Elevado	- Conferência dos equipamentos nos respetivos locais de depósito		
			- Medidas de controlo interno (acessos restritos, por exemplo no acesso a material audiovisual, medidas de responsabilização e sensibilização)		
Transferência de bens sem comunicação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desaparecimento do bem;</li> <li>- Desatualização das fichas dos bens.</li> </ul>	Elevado	- Conferências físicas periódicas		Em 2016 procedeu-se à conferência dos bens afetos aos Serviços da Presidência.
Cedência de equipamento por pessoa ou órgão sem competência	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Prática de ato nulo, eventualmente geradora de utilização indevida dos bens.</li> </ul>	Elevado	- Verificação periódica das fichas de saída ou requisição interna		
			- Eventual ratificação dos atos praticados pelo Órgão competente		
			- Medidas de controlo interno, como a regulamentação da requisição de bens		

Utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados	- Violação do princípio da prossecução do interesse público, Peculato, Peculato de uso e abuso de confiança.	Elevado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Verificação periódica das fichas de saída ou requisição interna</li> <li>- Eventual ratificação dos atos praticados pelo Órgão competente</li> <li>- Medidas de controlo interno, como a regulamentação da requisição de bens</li> </ul>	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	
Ofertas à Instituição sem processo formal de aceitação	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Não inventariação de Bens, eventualmente geradora de apropriação de bens públicos, de utilização indevida de bens públicos, designadamente para fins privados;</li> <li>- Violação do princípio da prossecução do interesse público, art.º 4.º do CPA, art.º 9.º, N.º 3.º do Estatuto Disciplinar; Peculato e abuso de confiança.</li> </ul>	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Medidas de controlo interno, como a divulgação acrescida das regras sobre aceitação de doações</li> <li>- Elaboração de lista dos bens doados</li> </ul>	<input checked="" type="checkbox"/> <input checked="" type="checkbox"/>	
Aquisição de obras sem recurso aos Serviços de Documentação do IPL	A obra não ser registada como património bibliográfico do IPL e ser utilizada em benefício próprio.	Moderado	A aquisição de obras ser sempre feita através dos serviços próprios (serviços de documentação, bibliotecas, etc.) e registada num catálogo coletivo das Bibliotecas do IPL.	<input checked="" type="checkbox"/>	

Legenda:

<input checked="" type="checkbox"/>	Implementado
<input checked="" type="checkbox"/>	Por implementar
	Em curso
<b>Sem efeito</b>	Sem efeito









Grau de Implementação:

<input checked="" type="checkbox"/>	11	58%
	1	5%
<input checked="" type="checkbox"/>	7	37%
<b>Total Geral:</b>	<b>19</b>	<b>100%</b>









**Identificação de riscos de corrupção e infrações conexas**  
Medidas preventivas dos riscos









**D. Recursos Humanos**  
**D.1. Recrutamento**









Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
<p>Recrutamento por concurso:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- pessoal não docente</li> <li>- pessoal docente</li> <li>- bolseiros</li> </ul>	<p>- Favorecimento de candidato; - Abuso de poder/ corrupção passiva para ato ilícito/ tráfico de influência; - Intervenção em processo em situação de impedido.</p>	Moderado	Nomeação de júris diferenciados para cada concurso		O júri é nomeado de acordo com a área de recrutamento.
			Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas e divulgação do regime de impedimentos		
			No caso dos júris do pessoal não docente, criação de uma bolsa de júris	<b>Sem efeito</b>	
			Recurso preferencial a membros do júri e/ou especialistas externos		O júri é nomeado de acordo com a área de recrutamento.
			Publicitação dos documentos, designadamente atas, do procedimento		Os documentos dos procedimentos concursais estão publicados no sítio institucional: <a href="https://www.ipl.pt/servicos/re-cursos-">https://www.ipl.pt/servicos/re-cursos-</a>
			Declaração de isenção dos membros do júri com compromisso de suscitar impedimento, escusa e suspeição	<b>Sem efeito</b>	Inexistência de situações de impedimento em 2016.
Recrutamento de docentes convidados	Tráfico de influência/ abuso de poder.	Elevado	Criação de um manual que proceda à definição detalhada da tramitação de todo o processo		Procedimento 02 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Recursos Humanos- em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
			Aplicação dos procedimentos previstos nos Despachos 5606/2006 e 48/PI-2009		
			Prévia e atempada divulgação da necessidade de recrutamento de docentes convidados - anúncio em jornal	<b>Sem efeito</b>	Nos termos do Regulamento 467/2009 a divulgação é efetuada no sítio institucional: <a href="https://www.ipl.pt/servicos/re-cursos-humanos/recrutamento">https://www.ipl.pt/servicos/re-cursos-humanos/recrutamento</a> .
			Regulamento interno de Recrutamento de docentes convidados e monitores		Regulamento 467/2009.
			Sensibilização dos docentes com funções de contratação para as consequências da corrupção e infrações conexas		
			Declaração de isenção dos proponentes/assinantes do parecer com compromisso de suscitar impedimento, escusa e suspeição	<b>Sem efeito</b>	Inexistência de situações de impedimento em 2016.

## D.2. Processamentos diversos







Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Processamento de remunerações</li> <li>- Processamento de abonos variáveis e eventuais</li> <li>- Processamento/ conferência das despesas participadas pela ADSE</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Pagamentos Indevidos;</li> <li>- Corrupção ativa para ato ilícito;</li> <li>- Corrupção passiva para ato ilícito;</li> <li>- Peculato;</li> <li>- Concussão.</li> </ul>	Moderado	Folha de processamento dos vencimentos e de ajudas de custo deve ser objeto de conferência, numa base de amostragem, em meses sorteados, no sentido de confirmar a adequação das remunerações processadas e dos descontos efetuados ao trabalhador (segurança social, IRS e outros) e de outros abonos recebidos		Mensalmente existe conferência por trabalhador diferente daquele que foi responsável pelo processamento.
			Promoção de sistemas de controlo interno		
			Definição detalhada da tramitação dos processos		Procedimento 04 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Recursos Humanos- em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
			Distribuição dos processos por várias fases e intervenientes		
			Rotatividade das funções		
			Promoção e divulgação entre os funcionários das regras legais e éticas aplicáveis ao exercício das suas funções		

### D.3. Análise de pedidos




Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Análise de justificações das faltas	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerar indevidamente uma falta como justificada;</li> <li>- Corrupção passiva para ato ilícito;</li> <li>- Concussão.</li> </ul>	Moderado	Promoção de sistemas de controlo interno: conferência das análises aos pedidos, numa base de amostragem		Em 2016 foi acometida a esta área mais um trabalhador, a fim de permitir a conferência cruzada das justificações de assiduidade.
			Definição detalhada da tramitação dos processos		Procedimento 04 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Recursos Humanos- em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
			Distribuição dos processos por várias fases e intervenientes		Em 2016 foi acometida a esta área mais um trabalhador, a fim de permitir a conferência cruzada das justificações de assiduidade.
			Rotatividade das funções		Em 2016 foi acometida a esta área mais um trabalhador, a fim de permitir a conferência cruzada das justificações de assiduidade.
Análise de requerimentos de licenças sem vencimento	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos;</li> <li>- Corrupção passiva para ato ilícito;</li> <li>- Concussão.</li> </ul>	Moderado	Promoção de sistemas de controlo interno: conferência das análises aos pedidos, numa base de amostragem		
			Definição detalhada da tramitação dos processos		Procedimento 04 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Recursos Humanos- em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
			Distribuição dos processos por várias fases e intervenientes		
			Rotatividade das funções		

Análise de requerimentos de equiparação a bolseiro	- Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos; - Corrupção passiva para ato ilícito; - Concussão.	Moderado	Promoção de sistemas de controlo interno: conferência das análises aos pedidos, numa base de amostragem		
					Procedimento 04 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Recursos Humanos- em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
					
					
Análise de requerimentos de acumulação de funções	- Considerar indevidamente que se encontram cumpridos os requisitos; - Corrupção passiva para ato ilícito; - Concussão.	Moderado	Promoção de sistemas de controlo interno: conferência das análises aos pedidos, numa base de amostragem		
					Procedimento 04 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Recursos Humanos- em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
					
					

#### D.4. Outros pedidos

Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Elaboração do mapa de férias	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Atribuição de dias de férias superiores aos que o funcionário tem direito;</li> <li>- Corrupção passiva para ato ilícito.</li> </ul>	Elevado	Promoção de sistemas de controlo interno: conferência, numa base de amostragem		Procedimento 04 - em vigor até 2 de outubro de 2016 e Processo Gestão de Recursos Humanos- em vigor desde 3 de outubro de 2016 estabelecidos no Sistema de Gestão de Qualidade (SGQ).
			Definição detalhada da tramitação do processos		
			Rotatividade das funções		Em 2016 foi acometida a esta área mais um trabalhador, a fim de permitir a conferência cruzada da elaboração do mapa de férias.
Exercício de atividade em acumulação de funções sem prévia autorização	- Incompatibilidades.	Elevado	Elaboração de regulamento que fixe os procedimentos e condições de autorização dos pedidos		
			Ampla divulgação do regime de acumulações		
			Verificação da declaração de IRS de docentes em exclusividade		Auditoria Interna 02/2015 - verificação do cumprimento do disposto no art.º 34.º-A do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico que culminou em 2016. Todas as UO procedem ao controlo efetivo do regime dedicação exclusiva e a DGRH dos SP procedem à validação subsequente.




## D.5. Mobilidade

Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Seleção de candidatos	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Favorecimento de candidatos;</li> <li>- Abuso de poder/ corrupção passiva para ato ilícito/ tráfico de influência;</li> <li>- Intervenção em processo em situação de impedido.</li> </ul>	Moderado	Criação de um manual que proceda à definição detalhada da tramitação de todo o processo, critérios de seriação, etc.		A seleção dos candidatos é efetuada por entrevista pública, com seriação dos mesmos
			Nomeação de uma comissão que dê parecer aos pedidos de mobilidade	<b>Sem efeito</b>	
			Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas e divulgação do regime de impedimentos		A seleção dos candidatos é efetuada por entrevista pública, com seriação dos mesmos
			Maior transparência no procedimento		
			Declaração de isenção dos membros do júri com compromisso de suscitar impedimento, escusa e suspeição	<b>Sem efeito</b>	Inexistência de situações de impedimento em 2016.

Legenda:

	Implementado
	Por implementar
	Em curso
<b>Sem efeito</b>	Sem efeito






Grau de Implementação:

	26	67%
	12	31%
	1	3%
<b>Total Geral:</b>	<b>39</b>	<b>100%</b>



**Identificação de riscos de corrupção e infrações conexas**  
**Medidas preventivas dos riscos**

**E. Serviços Académicos**











Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Declarações ou Certidões com conteúdo falso ou alterado, como o valor da classificação final, aquando da emissão de declaração ou certidão, para beneficiar o estudante	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Falsificação de declarações ou certidões por funcionário, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens;</li> <li>- Falsificação ou contrafação de documento, corrupção passiva para ato ilícito, abuso de poder.</li> </ul>	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de um regulamento comum a todos os Serviços Académicos do IPL, que deve prever regras claras sobre o processo de emissão de declarações e certidões, incluindo a verificação de todas as declarações/certidões emitidas por um funcionário diferente daquele que as emite e a junção, aquando da assinatura, do suporte da informação</li> <li>- Verificações aleatórias, por amostragem, pelo Responsável pelo Serviço, a um número mínimo de certidões emitidas em cada ano letivo</li> </ul>		Manual Académico, anexo ao despacho n.º 9328/2013, de 16 de julho
Emissão de certidão de conclusão de curso sem que o estudante tenha concluído o curso	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Por acordo entre o estudante e o funcionário poderá ser emitida uma certidão de conclusão sem que o estudante tenha terminado o curso, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens;</li> <li>- Falsificação de documentos, por funcionário, corrupção passiva para ato ilícito, abuso de poder.</li> </ul>	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de um regulamento comum a todos os Serviços Académicos do IPL, que deve prever regras claras sobre o processo, incluindo a verificação de todas as certidões emitidas por um funcionário diferente daquele que as emite</li> <li>- Verificações aleatórias, por amostragem, pelo Responsável pelo Serviço, a um número mínimo de certidões emitidas em cada ano letivo</li> </ul>		Manual Académico, anexo ao despacho n.º 9328/2013, de 16 de julho
Renovação de matrícula e inscrição prescrita no ano letivo anterior	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Por acordo entre o estudante e o funcionário poderá ser efetuada a matrícula e inscrição prescrita no ano letivo anterior, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens;</li> <li>- Falsificação de documentos, por funcionário, corrupção passiva para ato ilícito, abuso de poder.</li> </ul>	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de um regulamento comum a todos os Serviços Académicos do IPL, que deve prever regras claras sobre o respetivo processo</li> <li>- Verificações aleatórias, por amostragem, a um número mínimo de processos de matrícula em cada ano letivo, cruzando dados com os estudantes prescritos</li> </ul>		Manual Académico, anexo ao despacho n.º 9328/2013, de 16 de julho
Alteração do lançamento de notas e creditações	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Por acordo entre o estudante e o funcionário ou docente podem ser alteradas notas ou creditações de um estudante, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens;</li> <li>- Falsificação de documentos, por funcionário, corrupção passiva para ato ilícito, abuso de poder.</li> </ul>	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de um regulamento comum a todos os Serviços Académicos do IPL, que deve prever regras claras sobre o respetivo processo, incluindo sobre as permissões de acesso, que devem ser restritas</li> <li>- Verificações aleatórias, por amostragem, pelo Responsável pelo Serviço, a um número mínimo de processos em cada ano letivo</li> </ul>		Manual Académico, anexo ao despacho n.º 9328/2013, de 16 de julho
Falsificação do diploma de curso ou do	Falsificação do diploma ou do suplemento ao diploma por funcionário, a pedido ou em troca de dinheiro ou outros bens; Falsificação de documentos, por funcionário, corrupção passiva para ato ilícito, abuso de poder.	Moderado	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Elaboração de um regulamento comum a todos os Serviços Académicos do IPL, que deve prever regras claras sobre o processo de emissão de diplomas e suplemento ao diploma, incluindo sobre a verificação de todos os diplomas e suplementos emitidos por um funcionário diferente daquele que as emite, as regras de utilização do papel de diploma, o seu acondicionamento em local fechado e os procedimentos a adotar em caso de inutilização de folhas</li> </ul>		<p>As notas só são alteradas com base em informação fundamentada. Na maioria das UO as pautas são afixadas em lugar público</p> <p>Aprovação dos modelos de carta de curso e diploma pelo despacho (extrato) n.º 4524/2009, de 5 de fevereiro</p>

suplemento ao diploma




<p>Processos de creditação de formação: possibilidade de utilização incorreta da amplitude/margem de apreciação existente nos critérios legal e regulamentarmente estabelecidos</p>	<p>- Abuso de poder /Corrupção passiva para ato lícito /Tráfico de Influência.</p>	<p>Moderado</p>	<p>- Verificações aleatórias, por amostragem, pelo Responsável pelo Serviço, a um número mínimo de diplomas e suplementos em cada ano letivo</p>	<p>Estes documentos são inicialmente validados por cada uma das UO (com conferência cruzada entre trabalhadores) e posteriormente pelos Serviços da Presidência, aquando da assinatura do Diploma pelo Presidente do IPL</p>
<p>Processos de seriação dos candidatos a concursos especiais, reingressos, mudanças de curso e transferência: possibilidade de incorreta avaliação dos documentos constantes dos processos de candidatura</p>	<p>- Abuso de poder /Corrupção passiva para ato lícito /Tráfico de Influência.</p>	<p>Elevado</p>	<p>- Elaboração de um regulamento que contenha a definição de critérios mais precisos e explícitos, com menor possibilidade de discricionariedade; Utilização de uma plataforma informática para a seriação e creditação</p>	<p>Regulamentos específicos de cada Escola ou Instituto</p>
<p>Mudança de Regime: noturno-diurno e diurno-</p>	<p>- Abuso de poder/Corrupção passiva para ato lícito /Tráfico de Influência.</p>		<p>- Elaboração de um regulamento que contenha a definição de critérios pré-definidos, que assegurem a igualdade e imparcialidade, e definição de regras de procedimentos</p>	<p>Regulamentos específicos de cada Escola ou Instituto</p>






noturno: Possibilidade de discricionariedade na autorização dos pedidos	Elevado	- Uniformização de critérios entre Escolas		
Creditação de UCs nos ERASMUS: possibilidade de utilização incorreta da amplitude/margem de apreciação existente nos critérios legal e regulamentarmente estabelecidos	Moderado	- Abuso de Poder/Corrupção passiva para ato ilícito/Tráfico de Influência.	- Verificações aleatórias, por amostragem, pela Direção da Escola ou unidade, a um número mínimo de processos	
			- Elaboração de um regulamento que contenha a definição de critérios mais precisos e explícitos, isto é, com menor possibilidade de discricionariedade	Regulamentos específicos de cada Escola ou Instituto
			- Especificação e divulgação da situação /pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valorção dada a cada item contribuirá para a deteção de eventuais irregularidades e traduz a verdadeira adoção do princípio da transparência)	
			- Sensibilização dos membros da comissão para a correta aplicação dos critérios definidos e para as consequências da corrupção e infrações conexas	
Funcionamento de Pós-Graduações: admissão de candidaturas - ausência de normas de procedimento uniformizadas; que possibilita a deturpação do processo de implementação do curso e seleção de formandos	Moderado	- Abuso de Poder/Corrupção passiva para ato ilícito/Tráfico de Influência.	- Verificações aleatórias, por amostragem, pela Direção da Escola ou unidade, a um número mínimo de processos	
			- Criação de um Regulamento de funcionamento de pós-graduações que defina todo o procedimento necessário à abertura anual do funcionamento do curso, desde a publicitação, a candidaturas, prazos, critérios de seleção e eventualmente creditação	Regulamentos específicos de cada Escola ou Instituto
			- Especificação e divulgação da situação/pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valoração dada a cada item contribuirá para a deteção de eventuais irregularidades e traduz a verdadeira adoção do princípio da transparência)	
			- Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas	
Mestrados - Pré-candidaturas: possibilidade de existência de discricionariedade na admissão de pré-candidaturas, que condicionam as candidaturas	Moderado	- Abuso de Poder/Corrupção passiva para ato ilícito/Tráfico de Influência.	- Verificações aleatórias, por amostragem, pela Direção da Escola ou unidade, a um número mínimo de processos	
			- Implementação de um mecanismo de controlo na admissão das pré-candidaturas	Regulamentos específicos de cada Escola ou Instituto
			- Especificação e divulgação da situação/pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valoração dada a cada item contribuirá para a deteção de eventuais irregularidades e traduz a verdadeira adoção do princípio da transparência)	
			- Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas	
- Violação dos princípios gerais da atividade administrativa.			- Verificações aleatórias, por amostragem, pela Direção da Escola ou unidade, a um número mínimo de processos	
			- Promoção à frequência de cursos sobre regras de atendimento ao público	Avaliação da qualidade/inquéritos aos estudantes.

Parcialidade, falta de isenção, tratamento diferenciado de estudantes.	Elevado	- Ampla divulgação dos princípios gerais da atividade administrativa - Formação de todos os funcionários sobre o CPA		
Avaliação de conhecimentos por familiares ou pessoas com relações de forte amizade ou inimizade	Moderado	- Intervenção em processos em situação de impedimento.		
		- Ampla divulgação do regime de impedimentos		
		- Implementação do dever de comunicação, por parte de um funcionário, de que um seu familiar frequenta o IPL, como estudante, e assunção do compromisso de suscitar o impedimento caso seja chamado a intervir num processo em que o mesmo seja interessado		
		- Formação de todos os funcionários sobre a matéria dos impedimentos		
		- Verificação aleatória a um número mínimo de processos de estudantes que sejam familiares de funcionários a promover pelo responsável pelos SA	<b>Sem efeito</b>	
Mestrados: possibilidade de existência de discriminação ou favorecimento na admissão de candidaturas	Moderado	- Incluir no regulamento a elaborar um item que defina as regras de intervenção		
		- Criação de um Regulamento de funcionamento de Mestrados que defina todo o procedimento necessário à abertura anual do funcionamento do curso, desde a publicitação, a candidaturas, prazos, critérios de seriação e eventualmente creditação		Regulamentação existente em cada Unidade Orgânica
		- Especificação e divulgação da situação/pontuação dos candidatos em cada item (o conhecimento da valoração dada a cada item contribuirá para a deteção de eventuais irregularidades e traduz a verdadeira adoção do princípio da transparência)		
		- Sensibilização para as consequências da corrupção e infrações conexas		
		- Devem ainda ser promovidas verificações aleatórias, por amostragem, pela Direção da Escola ou unidade, a um número mínimo de processos		

Legenda:





	Implementado
	Por implementar
	Em curso
<b>Sem efeito</b>	Sem efeito

Grau de Implementação:




	23	51%
	21	47%
	1	2%
<b>Total Geral:</b>	<b>45</b>	<b>100%</b>

### Identificação de riscos de corrupção e infrações conexas Medidas preventivas dos riscos

#### 3.6 Atribuição de benefícios

Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais	- Aplicação indevida do Regulamento de atribuição de bolsas de estudo e outros benefícios sociais, podendo gerar o favorecimento de alguns estudantes no benefício social a conceder.	Moderado	Auditorias aleatórias a processos e visitas domiciliárias  Assinatura de declaração tipo, com compromisso de suscitar impedimento, escusa e suspeição caso se verifique	  	
Pagamento de bolsas	- Pagamentos indevidos.	Moderado	Restringir a alteração/introdução do NIB no máximo a dois funcionários com acesso às aplicações informáticas  Verificação aleatória de processos, confrontando o NIB para o qual as verbas são transferidas com o NIB fornecido pelo estudante	<b>Sem efeito</b>  <b>Sem efeito</b>	Desde 2008 as bolsas são pagas pela Direção Geral do Ensino Superior  Desde 2008 as bolsas são pagas pela Direção Geral do Ensino Superior
Favorecimento indevido	- Um estudante perder o estatuto de bolseiro e continuar a usufruir da redução de 50% nos pagamentos ou de residência, por não ter sido atualizado no programa.	Moderado	Cruzamento de dados entre os Serviços de Ação Social e os Serviços Académicos, de forma otimizada  Verificação aleatória de processos	  	

Legenda:

	Implementado
	Por implementar
	Em curso
<b>Sem efeito</b>	Sem efeito
















Grau de Implementação:

	3	75%
	1	25%
<b>Total Geral:</b>	<b>4</b>	<b>100%</b>






**Identificação de riscos de corrupção e infrações conexas**  
**Medidas preventivas dos riscos**

**G. Propriedade intelectual e patentes**




Descrição	Risco de corrupção e infrações conexas	Qualificação do Risco	Medidas de Prevenção	Grau de Implementação	Fundamentação
Processo de transferência de tecnologia: licenciamento	- Licenciamento de tecnologia a empresas de familiares dos funcionários.	Moderado	- Regulamentação interna dos procedimentos de transferência de tecnologia		O IPL rege-se pelo Código da Propriedade Industrial
Processo de transferência de tecnologia: aquisição	- Aquisição de tecnologia a empresas de familiares dos funcionários.	Moderado	- Regulamentação interna dos procedimentos de transferência de tecnologia	<b>Sem efeito</b>	O Instituto aplica o Código dos Contratos Públicos e o Código de Procedimento Administrativo
Registo de marcas/desenho ou modelo/patente resultante de projetos do IPL por parte de docentes, sem que o IPL seja o requerente	- Apropriação dos direitos do IPL como entidade detentora do registo.	Elevado	- Aprovação e implementação do Regulamento da Propriedade Intelectual do IPL - Aprovação e implementação do Manual da Propriedade Intelectual do IPL	 	O IPL rege-se pelo Código da Propriedade Industrial
Adulteração de material registado em termos de PI e sua apropriação	- Apropriação dos direitos do detentor do registo.	Elevado	- Aprovação e implementação do Regulamento da Propriedade Intelectual do IPL - Aprovação e implementação do Manual da Propriedade Intelectual do IPL	 	O IPL rege-se pelo Código da Propriedade Industrial
Utilização de informação privilegiada inerente de processos de registo da PI	- Favorecimento de terceiros e possível inviabilização de registo.	Moderado	- Obrigatoriedade de assinatura de um acordo de confidencialidade entre o trabalhador e o IPL		
Violação da titularidade dos direitos de propriedade industrial do Instituto por parte de docentes	- Apropriação dos direitos do detentor do registo para benefício próprio ou de terceiros.	Moderado	- Aprovação e implementação do Regulamento da Propriedade Intelectual do IPL - Aprovação e implementação do Manual da Propriedade Intelectual do IPL	 	O IPL rege-se pelo Código da Propriedade Industrial
Violação da titularidade dos direitos de autor do criador/autor por parte de docentes	- Apropriação dos direitos do detentor do registo para benefício próprio ou de terceiros.	Moderado	- Aprovação e implementação do Regulamento da Propriedade Intelectual do IPL - Aprovação e implementação do Manual da Propriedade Intelectual do IPL	 	O IPL rege-se pelo Código da Propriedade Industrial
Salvaguarda incondicional do direito moral do inventor/criador	- Apropriação dos direitos do inventor/autor/criador para benefício próprio ou de terceiros.	Moderado	- Aprovação e implementação do Regulamento da Propriedade Intelectual do IPL - Aprovação e implementação do Manual da Propriedade Intelectual do IPL	 	O IPL rege-se pelo Código da Propriedade Industrial
Definição da forma de partilha dos proveitos decorrentes da valorização e exploração dos resultados de investigação pelo IPL e pelos investigadores/inventores envolvidos	- Apropriação indevida de proveitos por parte de investigadores/inventores.	Moderado	- Aprovação e implementação do Regulamento da Propriedade Intelectual do IPL - Aprovação e implementação do Manual da Propriedade Intelectual do IPL	 	O IPL rege-se pelo Código da Propriedade Industrial
Relacionamento do IPL com outras entidades com vista à negociação tendente à exploração e valorização dos resultados de investigação e demais criações deve ser conduzido de forma centralizada	- Apropriação dos direitos do IPL como entidade detentora do registo e beneficiação de terceiros por parte de não docentes/docentes /investigadores.	Moderado	- Regulamentação interna com vista a unidade de decisão		Regulamento para Gestão de Projetos Desenvolvidos nas Escolas do IPL pela POLITECH&ID (artigo 12.º)



Legenda:

	Implementado
	Por Implementar
	Em curso
<b>Sem efeito</b>	Sem efeito

Grau de Implementação:

	1	7%
	7	47%
	7	47%
<b>Total Geral:</b>	<b>15</b>	<b>100%</b>